



**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**Senhores Acionistas,**

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2010, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, acrescidas do Balanço Social, Demonstração do Valor Adicionado-DVA e Demonstração do Fluxo de Caixa, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da SERRA DA MESA TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A ("SMTE") para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

**SETOR ELÉTRICO**

**O Sistema de Transmissão Interligado Nacional**

As primeiras linhas de transmissão do Brasil tinham por objetivo interligar as usinas geradoras aos centros consumidores. A partir da década de 60, com a centralização nas mãos da União do planejamento da expansão elétrica, esses sistemas radiais e isolados foram sendo conectados para formar o Sistema Interligado de Transmissão.

Até recentemente o país tinha dois grandes subsistemas de transmissão: um para as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste; outro para o Nordeste e parte da região Norte (o restante da região Norte possuía apenas linhas isoladas, sem caracterizar um sistema).

Em 1999 os subsistemas Sul – Sudeste – Centro-Oeste e Norte – Nordeste foram conectados através da linha de transmissão Norte-Sul II (Furnas), iniciando o processo de integração eletroenergética, hoje em pleno desenvolvimento. Tal integração objetiva promover o intercâmbio de energia entre as usinas (majoritariamente hidroelétricas), otimizando o uso dos recursos hídricos e aproveitando diferenças nos regimes pluviométricos de cada região.

Pode-se afirmar, portanto, que os investimentos no segmento de transmissão são tão essenciais quanto aqueles em geração de eletricidade, com a vantagem de possuírem menores prazos de implantação e impactos ambientais. Tais investimentos ganharam vulto, contudo, após a instituição do novo modelo energético, o qual promoveu a cisão dos negócios de Geração, Transmissão, Distribuição, bem como a dissociação entre área de atuação e exploração da rede (isto é, a concessionária não está mais limitada a uma região específica de atuação).

**O Segmento da Transmissão**

Pelo novo modelo, as concessões das novas linhas de transmissão passaram a ser ofertadas em leilão público. Regras claras e a baixa percepção de risco por parte dos investidores levaram o recém criado setor de Transmissão a um rápido crescimento, com a entrada de novos players e uma intensa competição que tem levado a deságios de mais de 50%. Com a entrada do governo Lula o modelo foi modificado através das Leis 10.847 e 10.848 de 2004. O segmento da Transmissão, contudo, foi pouco alterado. Teve como principais mudanças o gerenciamento das licitações e a permissão de concessionárias federais para concorrerem aos leilões, (desde que associadas e com participação minoritária) transferidas para o MME. Não houve modificação na essência do modelo para o segmento, o qual tem, inclusive, sido tomado como exemplo de sucesso no Setor Elétrico e servido de paradigma para as reformas efetuadas no setor de Geração.

Para os próximos anos espera-se a manutenção do contínuo desenvolvimento deste setor. Já foram ofertados em leilões públicos diversos empreendimentos de transmissão de caráter estrutural que, certamente, incrementarão a capacidade de intercâmbio eletroenergético no Brasil. Recentemente, as novas obras previstas pelo planejamento de expansão da transmissão foram consolidadas pelo Ministério de Minas e Energia – MME, reforçando a expectativa de manutenção do ritmo de investimentos no setor.

**A SERRA DA MESA**

A Serra da Mesa Transmissora de Energia S/A, foi constituída em 14 de dezembro de 2005, regime de SPE – e está estabelecida no Rio de Janeiro, com filiais em Goiás, Minas Gerais e no Distrito Federal. A Companhia é uma Concessionária de Transmissão de Energia Elétrica e foi constituída pela Isolux Corsan S.A. que sagrou-se vencedora do Leilão 001/2005 – Lote C – ANEEL. A sociedade tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção das instalações do serviço público de energia elétrica da rede básica do sistema elétrico interligado, composto pela Linha de Transmissão 500 kV Serra da Mesa II – Luziania – Paracatu IV – Emborcação e Luziania – Samambaia, localizada nos estados de Goiás, Distrito Federal e Minas Gerais.

Em 31 de dezembro de 2010, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 274.500, dividido em 274.500.000 ações ordinárias nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00 (em reais).

Acionistas	%
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99
Mrs. Ou, Cai e Qu	0,01
	<b>100</b>

O Objeto de nossa Sociedade é a exploração de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à disponibilização de nossa rede de transmissão de energia elétrica. Nossa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas Energia – MME.

**EXERCÍCIO 2010**

**Receita:**

O valor anual da receita fixado pela ANEEL para o período de Julho 2010 – Junho 2011 é de R\$ 85.302 (80.749 em 2009). Tal valor é fixo, definido no Contrato de Concessão, e reajustado anualmente em 1º de Julho pela variação do IPCA nos 12 meses findos em 31 de maio precedente ao reajuste.

A receita mensal é objeto de uma dedução de uma parcela variável, em função do tempo em que as linhas fiquem indisponíveis. No exercício de 2010 a SMTE só teve uma dedução de R\$ 105 mil por este conceito, o que representa menos de 0,106% da Receita Operacional.

A SMTE fatura mensalmente a todos os Usuários do Sistema Interligado pelo uso do Sistema de Transmissão da rede básica, com independência do uso específico das suas próprias instalações. Os valores devidos por cada um dos Usuários são definidos pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS").

A título de exemplo, o número de usuários do mês de dezembro de 2010 alcançou a cifra de 202 com uma média de R\$ 1.279 por fatura.

Distribuição de Usuários			
Valor da fatura	Quantidade	Totais	Média
< 10.000	131	391	3
10.000 - 100.000	49	1.434	29
100.000 - 200.000	11	1.530	139
200.000 - 300.000	5	1.300	260
>300.000	6	5.088	848
SOMAS	202	9.743	1.279

A composição da tarifa em dezembro de 2010 é como segue:

Composição da tarifa	R\$ Mil
Receita Garantida	110.130
<b>Impostos</b>	
PIS	- 1.817
COFINS	- 8.370
ICMS	
<b>Taxas</b>	
Fiscalização	- 551
P&D	- 751
RGR	- 2.753
CCC	- 7.709
CDE	- 6.798
PROINFA	- 3.683

Compensação financeira	
Custo da energia comprada para revenda	
Encargos de uso da rede elétrica	
Despesas de pessoal	- 2.736
<b>Outras despesas operacionais</b>	- 25.897
<b>Tarifa bruta da concessionária</b>	<b>49.066</b>

**Desempenho econômico-financeiro**

No exercício 2010 a SMTE teve uma Receita Base bruta de R\$ 120.070 milhões (95.035 milhões em 2009), que, após a dedução dos impostos sobre o faturamento, resultou em uma receita líquida de R\$ 106.379 milhões (83.370 milhões em 2009).

O lucro operacional, EBITDA, foi de R\$ 73.210 milhões (74.307 milhões em 2009) e, uma vez descontados as amortizações, as despesas financeiras e os extraordinários, obtemos um lucro antes de impostos de R\$ 34.500 milhões (41.254 milhões em 2009).

O Lucro Líquido do exercício, após a Provisão para o Imposto de Renda e para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, foi de R\$ 30.069 milhões (35.216 milhões em 2009), correspondente a R\$ 110,00 por lote de 1.000 ações do capital.

Os Principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2010 e 2009 são:

	2010	2009
• <b>Liquidez Geral</b>	177,93%	173,04%
• <b>Liquidez Corrente</b>	378,64%	334,03%
• <b>Relação Patrimônio Líquido/Ativo Total</b>	44,26%	42,82%
• <b>Relação Exigível Total/Ativo Total</b>	55,74%	57,18%
• <b>Rentabilidade do Patrimônio Líquido (%)</b>	9,20%	11,08%
• <b>Relação Lucro Operacional/Patr. Líquido (%)</b>	24,26%	24,45%
• <b>Endividamento do patrimônio Líquido</b>	125,92%	133,52%
• <b>Em moeda nacional</b>	-	144,49%
• <b>Em cesta de moedas</b>	-	100,00%

**Valor Adicionado:** Em 2010 o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela concessionária foi de R\$ 91.516 milhões, representando 76% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição: 3% (pessoal); 16% (Governo); 33% (Acionistas); e 48% (Financiadores).

**Distribuição de Dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 50% calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado de conformidade com a legislação societária vigente.

A sociedade constituiu reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social e decidiu repartir aos acionistas o saldo remanescente.

**Responsabilidade ambiental**

A Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. - SMTE está operando em plena conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos, conforme determinado na Licença de Operação Retificada nº. 726/2008 emitida pelo IBAMA em 30 de setembro de 2008.

**Indicação dos Programas Ambientais Realizados no decorrer do ano de 2010**

Nome do Programa	Atividades realizadas em 2010
Programa de Compensação Ambiental	Aguardando definição do IBAMA
Programa de Monitoramento e Conservação da Flora e Fauna	2010
Programa de Educação Ambiental	2011
Programa de Comunicação Social e Educação Ambiental anti-queimadas	2010
Plano para Recuperação de áreas degradadas da faixa de servidão e acessos da LT 500 kV Serra da Mesa 2-Luziânia, Luziânia –Samambaia, Luziânia-Paracatu 4 e Paracatu 4-Emborcação	2010
Programa de Monitoramento e Conservação do Pato Mergulhão ( <i>Mergus octosetaceus</i> )	2010
Plano de Combate a Incêndios Florestais	2010/2011
Programa de Manutenção e Poda da Vegetação	2010/2011

**Resumo das Atividades**

**a) Programa de Compensação Ambiental**

A SMTE está aguardando a decisão do ICMBIO, IBAMA e MMA para que sejam escolhidas as Unidades de Conservação contempladas com o benefício da Compensação Ambiental. Após a decisão, será firmado e assinado o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental entre a SMTE e o ICMBIO.

**b) Programa de Monitoramento e Conservação da Flora e Fauna**

O Programa de Monitoramento de Flora teve início em 2009. A primeira campanha realizada ocorreu em setembro. As campanhas seguintes foram realizadas em setembro de 2010. Em 2011 a 1ª campanha será em março. Ao final de cada ano é elaborado um relatório com a consolidação dos dados. Ao término de todo o monitoramento será elaborado um relatório final. O Programa terá a duração de quatro anos.

O Programa de Monitoramento de Fauna contempla os grupos de mamíferos, répteis e aves e teve início no final de julho de 2009 com a campanha de mastofauna. Para todos os grupos faunísticos serão quatro campanhas. Ou seja: duas por ano, uma no período seco e a outra no chuvoso.

As campanhas de avifauna têm um objetivo específico de verificar a eficácia dos sinalizadores (evitam a colisão dos animais com os cabos) instalados na LT na época da construção e, ainda, de verificar se há necessidade de instalá-los em outros locais.

A seguir um resumo das campanhas realizadas e a serem realizadas:

**Avifauna:** 1a campanha – agosto de 2009; 2a campanha – março de 2010; 3a campanha – setembro de 2010; 4a campanha – março de 2011

**Flora:** 1a campanha – setembro de 2009; 2a campanha – março de 2010; 3a campanha – setembro de 2010; 4a campanha – março de 2011

**Pato Mergulhão:** 1a campanha – setembro de 2009; 2a campanha – março de 2010; 3a campanha – setembro de 2010; 4a campanha – março de 2011

**Herpetofauna:** 1a campanha – novembro de 2009; 2a campanha – fevereiro de 2010; 3a campanha – agosto de 2010; 4a campanha – fevereiro de 2011

**c) Programa de Educação Ambiental**

Este programa tem o objetivo de contemplar escolas que não participaram das campanhas da fase de instalação do empreendimento. A Escola envolvida nesta próxima campanha será a Santa Inês, escola rural localizada entre os municípios de Davinópolis e Paracatu. Esta atividade está prevista para este ano (2011).

**d) Programa de Comunicação Social e Educação Ambiental anti-queimadas**

Este Programa é realizado todos os anos com objetivo de conscientizar a população de entorno sobre os perigos das queimadas. Há dois tipos de campanhas anti-queimadas, as quais são alternadas de ano em ano. Uma delas é chamada Completa que consiste na apresentação de palestras para os proprietários e alunos do entorno do empreendimento, colocação de cartazes, spots em rádios locais, distribuição de kits (caderno, lápis, canetas, gibi para crianças e calendário para adultos, camisetas, bonés, garrafinha de água, sacola e imã de geladeira) e distribuição de panfletos educativos. Nas palestras, foi desenvolvida uma brincadeira com perguntas voltadas para os temas: Preservação Ambiental, Os Males das Queimadas e Desenvolvimento Sustentável. Os participantes que acertam as perguntas recebem como brinde uma caneca.

O outro tipo de campanha é a Simples, que consiste na colocação de cartazes, distribuição de kits e folder educativo e spots em rádios locais. No ano de 2010 foi realizada na SMTE a campanha do tipo simples durante o período de fim de agosto a início de setembro. Nos dois tipos de campanha, Simples e Completa, foi realizado um concurso de desenho e redação para as escolas da região. O tema foi o slogan da campanha: "Evite queimadas, promova a vida". Aos vencedores foram distribuídos prêmios como bicicletas e computadores.

**e) Plano para Recuperação de áreas degradadas da faixa de servidão e acessos da LT 500 kV Serra da Mesa 2-Luziânia, Luziânia –Samambaia, Luziânia-Paracatu 4 e Paracatu 4-Emborcação**

No âmbito deste Programa, a SMTE desenvolveu um Projeto de recuperação dos caminhos de acesso e áreas degradadas que se iniciaram em 2008. O trecho trabalhado no ano de 2010 foi Serra da Mesa 2 – Luziânia.

As atividades realizadas foram: revegetação de taludes de aterro, readequação de drenagens, recuperação de estradas de acesso e recuperação de taludes de corte. Além dessas atividades, em duas torres (173 e 120) houve necessidade de obras de engenharia de contenção devido a gravidade dos processos erosivos ocorridos depois do período chuvoso. Foram feitas sondagens nos locais de risco e os trabalhos consistiram em colocação de mantas de proteção com instalação de estacas, revegetação dos taludes de aterro e readequação das drenagens. O desenvolvimento do projeto será alvo de vistoria do órgão ambiental ainda este ano. Os trabalhos terão continuidade durante o ano de 2011.

**f) Programa de Monitoramento e Conservação do Pato Mergulhão (*Mergus octosetaceus*)**

O *Mergus octosetaceus*, espécie identificada na região, especificamente no Rio Tocantinzinho, está atualmente ameaçada de extinção. A SMTE elaborou um Programa específico para ele e pretende apresentar os resultados finais em congressos e reuniões científicas, sempre pensando na conservação do ambiente natural e na minimização dos impactos.

**g) Plano de Combate a Incêndios Florestais**

No âmbito deste programa, a SMTE está fechando uma parceria com o PREVFOGO do IBAMA para monitorar os focos de calor identificados no traçado da LT.

**h) Programa de Manutenção e Poda da Vegetação**

Estão previstas atividades no âmbito deste programa para o ano de 2011.

**Pesquisa e desenvolvimento**

Em 2010 a SMTE deu continuidade ao projeto de Pesquisa e Desenvolvimento intitulado "Desenvolvimento de Sistema de Comunicação Adaptado a EPI para Apoio às Atividades de Manutenção de LTs e SEs", contratado junto à empresa de base tecnológica Tecnoclade. Esse projeto está sendo executado em forma cooperativa com PPTE e VCTE.

**Responsabilidade Social**

Neste exercício da SMTE, fica nítido o papel social da Concessionária. A característica linear de suas instalações implica em penetração regional significativa, representando uma abrangência social com poucas outras instalações podem proporcionar. Assim, ciente de sua responsabilidade social, a SMTE tem gerenciado seu orçamento sempre buscando as oportunidades de investimentos sociais, esgotando e utilizando todos os incentivos sócios culturais permitidos pela legislação vigente.

**Projetos Culturais:**

**Relatório de Projetos Patrocinados**

**A) Projetos Culturais – Lei Rouanet**

**União da Ilha – Carnaval 2010**

Desfile da Escola de Samba União da Ilha do Governador no Rio de Janeiro em 2010 com o tema "Dom Quixote de La Mancha – O Cavaleiro dos Sonhos Impossíveis"; Motivação: participação, fidelização e integração dos funcionários.; Local: Rio de Janeiro; Valor: R\$ 20.000,00; Ano de aporte: 2010; Ano de realização: 2010

**Ser Nobre é ter Identidade**

Ampliar e dar continuidade ao projeto Ser Nobre é Ter Identidade que pesquisa a identidade cultural de cidades históricas brasileiras, valorizando a promoção de seu patrimônio material e imaterial e registrando a proposta em diários.; Motivação: Brinde de Natal; Valor: R\$ 5.000,00; Ano de aporte: 2010; Ano de realização: 2010

**Isso Aqui Não é Gotham City**

Dois apresentações do Grupo Primeiro Ato em Brasília com um espetáculo que transporta para o palco quadros e takes dançados, inspirados no mundo das histórias em quadrinhos e dos desenhos animados. A busca de um objeto surpreendente reúne os mais diversos tipos, de origens e raças diferentes, numa arriscada aventura, reproduzindo o submundo de uma metrópole imaginária. Motivação: relacionamento institucional (ONS, ANEEL, IBAMA, Furnas, Eletronorte e outros) e funcionários Plena.; Local: Rio de Janeiro; Valor: R\$ 20.000,00; Ano de aporte: 2010; Ano de realização: 2010

**Clássicos e Samba**

Trata-se de um espetáculo no Teatro Municipal do Rio de Janeiro em torno de compositores populares que levaram o samba ao classicismo do gênero.

O programa será comemorativo do cinqüentenário de Brasília, do centenário de Noel Rosa e de Adoniram Barbosa, com arranjos "de casaca" para músicas destes compositores, comemorando também o glamour do novo Teatro Municipal recém-restaurado.; Motivação: relacionamento institucional (ONS, ANEEL, IBAMA, Furnas, Eletronorte e outros) e funcionários Plena.; Local: Rio de Janeiro; Valor: R\$ 40.000,00; Ano de aporte: 2010; Ano de realização: 2010

**Cinemagia – Cinema Itinerante**

Evento de cinema itinerante, com toda infra-estrutura própria, para exibição pública em 05 (cinco) cidades a serem definidas pelo cliente. Todas as exhibições são gratuitas e serão distribuídas pipocas aos espectadores também gratuitamente; Motivação: interação e bom relacionamento com as comunidades próximas às LTs.; Locais: 15 municípios de MT e GO; Valor: R\$ 30.000,00; Ano de aporte: 2010; Ano de realização: 2010

**União da Ilha – Carnaval 2011**

Desfile da Escola de Samba União da Ilha do Governador no Rio de Janeiro em 2011 com o tema "Ela é insulana por NATUREZA. Já foi domingueira, mística, curiosa, nostálgica, carnavalesca, assombrosa, profana, biriteira, cirense, mágica, mandingueira, infantil e por fim: AVENTUREIRA."; Motivação: participação, fidelização e integração dos funcionários.; Local: Rio de Janeiro; Valor: R\$ 7.000,00; Ano de aporte: 2010; Ano de realização: 2011

**Salgueiro**

Desfile da Escola de Samba Salgueiro no Rio de Janeiro em 2011 com o enredo: Noite de estréia. A agitação na porta do cinema revive os tempos de glamour da eterna Cinelândia. Uma multidão se aglomera para ver de perto os astros da superprodução salgueirense que entra em cartaz depois de um ano de filmagens. Todos prontos? Vai começar a sessão! Motivação: participação, fidelização e integração dos funcionários.; Local: Rio de Janeiro; Valor: R\$ 11.000,00; Ano de aporte: 2010; Ano de realização: 2011

**Natal no Campus - UNIFEI**

Abriu as portas da Universidade Federal de Itajubá para a comunidade, sempre ao final do ano, por ocasião das festas natalinas. O objetivo é criar um festival contando com apresentação de orquestra sinfônica, grupos de dança, grupos de teatro, apresentações musicais, apresentações de grupos corais, oficinas de criação artística, para um grande público.; Motivação: acordo de mútuo apoio das entidades.; Local: Itajubá; Valor: R\$ 15.000,00; Ano de aporte: 2010; Ano de realização: 2010

**B) Projetos Esportivos (Lei de Incentivo ao Esporte)**

**Copa Brasil de Tênis de Mesa**

Produção de uma etapa do Circuito Copa Brasil (1a de 3 etapas) com 500 competidores nacionais de Tênis de Mesa. Simultaneamente, apresentação do evento Rei das Américas, competição entre os 4 melhores competidores brasileiros e 4 campeões panamericanos no esporte. Em paralelo, é feito o treinamento de professores da rede pública de escolas da cidade envolvida e a posterior doação das mesas de competição para estas escolas. Motivação: divulgação da imagem da Plena associada ao apoio à educação esportiva básica.; Local: Rio de Janeiro; Valor: R\$ 30.000,00; Ano de aporte: 2010; Ano de realização: 2011

**C) Projetos Sociais (FIA)**

**Escola de Educação Infantil Campinho da Paz**

Implementar ensino regular de educação infantil, com material pedagógico moderno e de qualidade; Aulas de educação física, judô, idioma estrangeiro, musicalização, acompanhamento médico e odontológico; Acompanhamento da família beneficiária dos palestras educacionais e noções de cidadania, ética, respeito ao próximo, saúde, preservação ambiental e outros temas afins.; Motivação: condicionante de compromisso ambiental.; Local: Batatais - SP; Valor: R\$ 4.000,00; Ano de aporte: 2010; Ano de realização: 2010

**Profissionalização e capacitação de adolescentes e adultos deficientes**

Dar continuidade aos trabalhos de profissionalização de excepcionais alunos da APAE Batatais. Os trabalhos exploram as habilidades manuais dos envolvidos e são eitos a partir de uma pré-seleção das habilidades individuais.; Motivação: condicionante de compromisso ambiental.; Local: Batatais; Valor: R\$ 4.000,00; Ano de aporte: 2010; Ano de realização: 2010

**Agradecimentos**

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos colaboradores, prestadores de serviços, seguradoras, usuários, entidades financeiras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que, direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Empresa e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2011.

**A Administração**



# SERRA DA MESA

## Transmissora de Energia S.A.

CNPJ: 07.762.066/0001-68

### BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2010 (31 de Dezembro de 2010 e 2009) (Não Auditado)

1) Base de Cálculo		2010			2009			4) Indicadores Ambientais (Relacionados com a operação da empresa)	
		Valor	%Sobre FPB	%Sobre RL	Valor	%Sobre FPB	%Sobre RL		
Receita Líquida (RL)		106.379			83.370			Em Programas e/ou projetos externos	
Resultado Operacional (RO)		73.210			74.307			Total dos Investimentos em Meio Ambiente	
Folha de Pagamento Bruta (FPB)		1.663			2.331				
2) Indicadores Sociais Internos		Valor (R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL	Valor (R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL	5) Indicadores do Corpo Funcional	
Alimentação		179	10,75%	0,17%	154	6,62%	0,19%	No. de empregados ao final do período	
Encargos sociais compulsórios		580	35%	0,55%	594	25%	0,71%	No. de admissões durante o período	
Previdência privada		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	No. de empregados terceirizados	
Saúde		165	9,93%	0,16%	156	6,68%	0,19%	No. de mulheres que trabalha na empresa	
Capacitação e desenvolvimento profissional		29	1,74%	0,03%	45	1,92%	0,05%	Escolaridade dos empregados	
Outros		65	3,89%	0,06%	61	2,60%	0,07%	Superior e extensão universitária	
<b>Total - Indicadores Sociais Internos</b>		<b>1.017</b>	<b>61,19%</b>	<b>0,96%</b>	<b>1.009</b>	<b>43,30%</b>	<b>1,21%</b>	2º grau	
								1º grau	
3) Indicadores Social Externos		Valor (R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Faixa etária dos empregados	
Educação		8	0,01%	0,40%	0	0,00%	0,00%	Abaixo de 30 anos	
Cultura		178	0,24%	0,17%	0	0,00%	0,00%	De 30 até 45 anos (exclusive)	
<b>Total - Indicadores Sociais Externos</b>		<b>186</b>	<b>0,25%</b>	<b>0,17%</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	Acima de 45 anos	
								<b>Dependentes</b>	
								13	
								18	

### 6) Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial

	2010	2009
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	11	10
Número total de acidentes de trabalho	0	0
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos	(x)	( )
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos	( )	(x)
A participação nos lucros ou resultados é definida	( )	(x)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa	( )	(x)
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa	não se envolve	apóia

### BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais)

	Nota	2010	2009	01/01/2009		Nota	2010	2009	01/01/2009
					(Reapresentado) (Reapresentado)				
Ativo					Passivo				
Ativo circulante					Passivo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	38.367	25.536	31.001	Fornecedores		1.493	4.292	9.163
Concessionárias e permissionárias	5	12.438	9.563	11.129	Empréstimos e financiamentos	9	-	28.742	31.299
Estoques		1.071	1.051	-	Contas a pagar - partes relacionadas		6.767	-	-
Adiantamento a fornecedores		137	-	-	Empréstimos - partes relacionadas	12	31.276	-	-
Impostos a recuperar	6	10.390	8.174	7.906	Impostos e contribuições sociais		713	2.562	3.344
Contas a receber - ativo financeiro	7	111.210	110.130	88.342	Taxas regulamentares	10	5.156	5.111	2.818
Outros créditos		534	721	566	Dividendos propostos		-	5.099	4.248
		174.148	155.175	138.944	Outros passivos circulantes		588	650	5.053
Ativo não circulante							45.993	46.456	55.925
Títulos e valores mobiliários		-	18.293	18.545	Passivo não circulante				
Outros créditos		73	103	426	Empréstimos e financiamentos	9	-	354.602	381.421
Contas a receber - ativo financeiro	7	536.464	527.604	542.699	Empréstimos - partes relacionadas	12	330.140	-	-
Impostos a recuperar	6	21.166	33.088	41.164	Outras provisões - medidas compensatórias	11	3.913	4.055	4.055
Intangível		6.136	7.874	7.874	Provisão para contingências	14	2.849	-	-
		563.839	586.962	610.708	Impostos diferidos		28.264	18.914	10.102
Total do ativo		737.986	742.137	749.652	Outros passivos não circulantes		163	301	167
							365.329	377.872	395.745
					Patrimônio líquido	13			
					Capital social		274.500	274.500	271.730
					Reserva de lucros		46.281	5.099	4.248
					Reserva legal		2.487	984	447
					Ajuste da avaliação patrimonial		3.396	12.745	21.557
					Lucros acumulados		-	24.481	-
							326.664	317.809	297.982
					Total do passivo e do patrimônio líquido		737.986	742.137	749.652

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

	Reserva de lucros		Outros resultados abrangentes		Total
	Capital social	Capital sub- a inte- crito gralizar	Divi- den- dos Legal retidos	Ajuste de Lucros avaliação acumu- lados	
Saldo em 31 de dezembro de 2008	274.500	(2.770)	447	4.248	-
Ajuste de prática contábil	-	-	-	-	21.557
Saldo em 31 de dezembro de 2008 (reapresentado)	274.500	(2.770)	447	4.248	21.557
Dividendos propostos de lucro do exercício anterior	-	-	(4.248)	-	-
Aumento e Integralização de capital	2.770	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	35.216	35.216
Ajuste de prática contábil	-	-	-	(8.812)	(8.812)
Constituição de reserva legal	-	-	537	-	(537)
Dividendos propostos	-	-	-	(5.099)	(5.099)
Dividendos retidos	-	-	-	(5.099)	(5.099)
Saldo em 31 de dezembro de 2009 (reapresentado)	274.500	-	984	5.099	12.745
Dividendos propostos de lucros do exercício anterior	-	-	(5.099)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	(9.349)	30.069
Constituição de reserva legal	-	-	1.503	-	(1.503)
Dividendos propostos	-	-	-	(6.766)	(6.766)
Dividendos retidos	-	-	-	(46.281)	(46.281)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	274.500	-	2.487	46.281	3.396

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

	2010		2009	
	(Reapresentado)			
Receita operacional líquida	106.379		83.370	
Custo da operação	(27.135)		(5.671)	
Pessoal	(1.789)		(1.933)	
Material	(258)		(256)	
Serviços de terceiros	(2.636)		(2.558)	
Taxa de fiscalização serviço de energia elétrica	(551)		(544)	
Arrendamentos e aluguéis	(289)		(324)	
Repasses	(18.190)		-	
Custo de construção e outros	(3.422)		(56)	
Lucro operacional bruto	79.244		77.699	
Despesas operacionais	(6.034)		(3.392)	
Pessoal e administradores	(946)		(822)	
Outras	(5.088)		(2.570)	
Lucro antes do resultado financeiro	73.210		74.307	
Resultado financeiro	(38.709)		(33.053)	
Receita financeira	5.013		4.489	
Receitas de aplicações financeiras	3.150		4.337	
Outras receitas financeiras	1.863		152	
Despesa financeira	(43.722)		(37.542)	
Variações monetárias passivas	-		(484)	
Juros	(32.252)		(34.780)	
Outras despesas financeiras	(11.471)		(2.278)	
Lucro antes dos impostos	34.500		41.254	
Imposto de renda e contribuição social	(4.431)		(6.038)	
Lucro líquido do exercício	30.069		35.216	
Lucro líquido por ação - R\$	0,11		0,13	

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

	Nota	2010	2009
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		30.069	35.216
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais			
Juros e variações monetárias dos empréstimos		32.252	372
Provisão para devedores duvidosos	5	254	-
Provisão para contingências		2.849	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Concessionárias e permissionárias		(3.129)	1.566
Outros créditos		80	168
Tributos e contribuições compensáveis		9.706	7.808
Contas a Receber Ativo Financeiro		(9.940)	(6.693)
Estoques		(20)	(1.051)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores		(2.799)	(4.871)
Tributos e contribuições sociais		(1.849)	(782)
Partes relacionadas		6.767	-
Taxas regulamentares		45	2.293
Outras contas a pagar		(341)	(4.269)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		63.944	29.757
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado (ativo financeiro) - intangível		1.738	-
Títulos e valores mobiliários		18.293	252
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		20.031	252
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos captados		360.303	-
Empréstimos e financiamentos pagos		(414.483)	(29.748)
Dividendos distribuídos pagos		(16.964)	(8.496)
Aumento de capital		-	2.770
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(71.144)	(35.474)
Aumento (redução) líquida do saldo de caixa e equivalentes		12.831	(5.465)
Saldo inicial de caixa e equivalentes		25.536	31.001
Saldo final de caixa e equivalentes		38.367	25.536
Aumento (redução) líquida do saldo de caixa e equivalentes		12.831	(5.465)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

	Nota	2010	2009
RECEITAS DE USO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO		120.070	95.820
CONSTRUÇÃO DE ATIVOS PRÓPRIOS		0	-785
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custo dos serviços		(4.055)	(3.790)
Materiais, energia, serviço de terceiros e outros		(4.655)	(5.370)
Outros		(24.857)	(55)
VALOR ADICIONADO BRUTO		86.503	85.821
DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO	9	-	(16)
VALOR ACIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		86.503	85.805
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras		5.013	4.489
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		91.516	90.294
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal:			
Remunerações diretas		2.240	1.708
Benefícios		372	910
FGTS		124	137
	14	2.736	2.755
Impostos, taxas e contribuições:			
Federais		14.618	14.458
		14.618	14.458
Remuneração de capitais de terceiros:			
Juros e demais despesas financeiras		43.722	37.542
Aluguéis		371	324
		44.093	37.866
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos propostos	13.c	14.283	16.727
Lucros retidos		15.786	18.488
	13.c	30.069	35.215
TOTAL DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		91.516	90.294

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## 1. Contexto operacional

A Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. ("SMTE" ou "Companhia"), companhia privada de capital fechado, foi constituída em 14 de dezembro de 2005 e está estabelecida na Av. Marechal Câmara, 160 - Sala 1534, Centro, Rio de Janeiro, com filiais em Goiás, Minas Gerais e no Distrito Federal. A Companhia é uma concessionária de transmissão de energia elétrica e foi constituída pelo Grupo Isolux Corsan S.A., que sagrou-se vencedor do Leilão 001/2005 - Lote C - ANEEL. A Companhia tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção das instalações do serviço público de energia elétrica da rede básica do sistema elétrico interligado, composto pela Linha de Transmissão 500Kv Serra da Mesa II - Luziania - Paracatu IV - Emborcação e Luziania - Samambaia, localizada nos Estados de Goiás, Distrito Federal e Minas Gerais. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

### 1.1. Da concessão

Em 17 de novembro de 2005, o Grupo Isolux Corsan S.A. foi declarado vencedor do Leilão Público realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente à Expansão da Interligação Norte-Sul III, trecho 3.

No dia 27 de abril de 2006, a Companhia assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o Contrato de Concessão nº 003/2006 - Expansão da Interligação Norte-Sul III, trecho 3, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, distribuídas em áreas do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais:

(i) Linha de Transmissão 500 kV Serra da Mesa II-Luziania, com extensão aproximada de 310 km, no Estado de Goiás.

(ii) Linha de Transmissão 500 kV Luziania-Paracatu IV, com extensão aproximada de 118 km, no Estado de Minas Gerais.

(iii) Linha de Transmissão 500 kV Paracatu IV-Emborcação, com extensão aproximada de 188 km, no Estado de Minas Gerais.

(iv) Linha de Transmissão 500 kV Luziania-Samambaia, com extensão aproximada de 65 km, nos estados de Goiás e Distrito Federal.

(v) Subestações de Serra da Mesa II, Luziania, Paracatu IV e Samambaia.

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$66.900 (valor histórico), excluído o montante necessário para cobrir as despesas com as contribuições sociais ao Programa de Integração Social (PIS), ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) e a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA e será válida pelos primeiros 15 anos, contados a partir do início da operação comercial. No período restante, perfazendo o total de 30 anos de concessão, a receita anual permitida será reduzida a 50% do seu valor original.

A Companhia entrou em operação em 18 de fevereiro de 2008. Em 27 de junho de 2008, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 670, estabeleceu a receita anual da Companhia em R\$70.000 para o período de 1º de julho de 2008 a 30 de junho de 2009.

Em 25 de junho de 2009, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 843, estabeleceu a receita anual da Companhia em R\$80.749 para o período de 1º de julho de 2009 a 30 de junho de 2010.

Em 29 de junho de 2010, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.021/2010, estabeleceu a receita anual da Companhia em R\$ 77.239 para o período de 1º de julho de 2010 a 30 de junho de 2011.

A receita faturada dos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservadas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Em 15 de dezembro de 2010, foi concluído o processo de venda da Companhia pertencente as Companhias Isolux Corsan S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. à companhia State Grid Brazil Holding S.A., subsidiária do Grupo State Grid, localizado em Pequim, na República Popular da China.

## 2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram autorizadas pela Administração em 04 de fevereiro de 2011.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), os comunicados da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com outras normas emitidas pela ANEEL, especificamente para as concessionárias do setor elétrico brasileiro.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração da Companhia para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano. Vide nota 2.14, com os detalhes das estimativas.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2010. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor. As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas abaixo:

### 2.1. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

### 2.2. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

### 2.3. Receita operacional

Conforme mencionado na nota explicativa 1.1, a Companhia reconhece como receita no resultado a Receita Anual Permitida (RAP), ajustada mensalmente pelo ONS por meio dos avisos de crédito que servem de base para emissão das faturas aos usuários de sua linha de transmissão. A RAP foi definida para os primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial, do período de 30 anos da concessão e, no período restante, esta sofrerá redução de 50%. Em 2009, foi aprovado o Pronunciamento ICPC 01 - Contratos de Concessão, que será adotado pela Companhia a partir do exercício de 2010. Entre os principais impactos que a adoção do ICPC 01 trará, está a mudança do atual procedimento contábil do reconhecimento da receita a partir dos avisos de crédito emitidos pelo ONS.

### 2.4. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

#### a) Ativos financeiros

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. São classificados como empréstimos e recebíveis pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

#### b) Passivos financeiros

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores e empréstimos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Instrumentos financeiros derivativos são classificados como mantidos para negociação. Tais instrumentos são mensurados pelo seu valor justo a cada data de balanço, tendo como contrapartida o resultado de exercício. O valor de mercado dos instrumentos financeiros é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor de mercado de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

### 2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

### 2.6. Concessionárias e permissórias

Destinam-se à contabilização dos critérios referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência, bem como de outros créditos assemelhados. Inclui a contabilização, entre outros, dos créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber foi efetuado conforme determinações do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa, com base na avaliação individual de cada cliente com parcelas em atraso.

### 2.7. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração da Companhia.

### 2.8. Ativo financeiro

Compreende o direito de uso da infra-estrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nºs 553, de 12 de novembro de 2008 e 611, de 22 de dezembro de 2009, que aprovam respectivamente o CPC 04 - Ativos Intangíveis e o ICPC 01 - Contratos de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível excede o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que enquanto os registros contábeis estão a custo histórico a base de cálculo da amortização regulatória corresponde aos ativos avaliados a valor novo de reposição. Contudo, a fim de corroborar seu entendimento a Companhia efetua anualmente o teste de recuperabilidade utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos resultando um valor superior àquele registrado contabilmente.

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente quando possui direito incondicional de

receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados pelas distribuidoras e transmissoras de energia e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infra-estrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

Estas contas a receber são classificadas entre curto e longo prazo considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

### 2.9. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

### 2.10. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário são demonstrados como não circulantes.

### 2.11. Tributação

A receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições:

□ Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Programa de Integração Social (PIS) às alíquotas de 7,6% e 1,65%;

□ Reserva Geral de Reversão (RGR) ao valor mensal fixado pelos Despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL;

□ Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) mensal fixada pelos Despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT), conforme a Medida Provisória nº 449/08, exercício de opção este que deverá ser manifestado, de forma irrevogável, na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2010 - ano base de 2009.

#### Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

□ Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal;

□ Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo; e

□ Sobre ajustes efetuados por diferenças entre a prática contábil anterior e os novos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas, exceto:

□ Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

□ Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias seja revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

### 2.12. Taxas regulamentares

#### a) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas transmissoras de energia elétrica com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pelas companhias em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3% de sua receita bruta anual.

A Companhia vem reconhecendo mensalmente a provisão para a RGR tomando como base 3% da receita operacional menos a provisão da taxa de fiscalização descrita anteriormente.

### 2.13. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

### 2.14. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

#### Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração da Companhia faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

#### Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

### Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

### Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Julgamento significativo da Administração da Companhia é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

### Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

### Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases anuais.

### 2.15. Compromissos com o meio ambiente



Medidas compensatórias - O valor da compensação ambiental da Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. ainda não foi oficialmente definido pelo Órgão Ambiental do Estado de Minas Gerais, tendo em vista o disposto na Lei 9.985/00 e no Decreto nº 6.848/09. A Administração da Companhia, baseada no entendimento de seus assessores jurídicos, interpreta que o valor da compensação será estipulado em torno de 0,5% do valor do empreendimento, valor compatível com o provisionado.

A Administração da Companhia adotou como prática contábil o reconhecimento dessa provisão ao término da construção da linha de transmissão, sendo o débito registrado como custo de imobilizado e incluído no processo de unitização dos bens.

### 2.16. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

### 2.17. Lucro por ação

O lucro por ação é calculado considerando o número médio calculado de ações ordinárias em vigor durante o ano, de acordo com o CPC 41 (IAS 33).

### 3. Adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Até 31 de dezembro de 2009 as demonstrações financeiras da Companhia eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitidos até 31 de dezembro de 2008 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (BR GAAP).

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em julho de 2007, a Interpretação IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços. Esta interpretação foi emitida no Brasil na forma da ICPC 01 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em dezembro de 2009, sendo aplicável para os exercícios que se iniciaram após aquela data. A ICPC 01 é aplicável a contratos de concessão público-privados nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados através da utilização de determinadas infraestruturas bem como o preço dessa prestação e controla igualmente qualquer interesse residual significativo nessas infraestruturas.

O IFRIC 12 é aplicável à Companhia e está sendo adotado em 2010, com efeitos retroativos à data de constituição da Companhia. Assim, as demonstrações financeiras dos exercícios anteriores estão sendo reapresentadas, sendo definido 1º de janeiro de 2009 como a data de transição.

O valor justo do ativo financeiro está sendo revisado anualmente, considerando a atualização pelo IGPM. Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como ajuste de avaliação patrimonial. Na data da revisão tarifária da Companhia, o ativo financeiro poderá ser ajustado ao valor justo de acordo com a base de remuneração determinada ao valor novo de reposição pelos critérios tarifários. De acordo com a ICPC 01, as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a ser reconhecidas de acordo com o seguinte modelo contábil do ativo financeiro. Este modelo é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao custo amortizado.

A Companhia preparou o seu balanço de abertura com data de transição de 1º de janeiro de 2009, portanto aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa conforme estabelecido nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

O CPC 37 R (IFRS 1) exige que uma entidade desenvolva políticas contábeis baseadas nos padrões e interpretações do CPC em vigor na data de encerramento de sua primeira demonstração financeira e que essas políticas sejam aplicadas na data de transição e durante todos os períodos apresentados nas primeiras demonstrações em CPC (aplicação de todos as normas), sendo que a Companhia adotou 1 de janeiro de 2009 como data de transição. A Companhia adotou todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC emitidos até 31 de dezembro de 2010.

As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas na data de transição, incluindo a reconciliação do resultado do exercício de 2009, com aquelas adotadas na apresentação das informações financeiras comparativas estão descritas a seguir:

### 3.1. Balanço de abertura em 1 de janeiro de 2009

	01/01/2009 (Original)	Ajustes	01/01/2009 (Reapresentado)
Balanço patrimonial			
Ativo			
Ativo circulante	50.602	88.342	138.944
Caixa e equivalentes de caixa	31.001	-	31.001
Concessionárias e permissionárias	11.129	-	11.129
Impostos a recuperar	7.906	-	7.906
Contas a receber - ativo financeiro	-	88.342	88.342
Outros créditos	566	-	566
Ativo não circulante	667.391	(56.683)	610.708
Títulos e valores mobiliários	18.545	-	18.545
Outros créditos	426	-	426
Contas a receber - ativo financeiro	-	542.699	542.699
Impostos a recuperar	41.164	-	41.164
Imobilizado gerador de RAP	599.382	(599.382)	-
Intangível	7.874	-	7.874
Total do ativo	717.993	31.659	749.652
Passivo			
Passivo circulante	55.925	-	55.925
Fornecedores	9.163	-	9.163
Empréstimos e financiamentos	31.299	-	31.299
Impostos e contribuições sociais	3.344	-	3.344
Taxas regulamentares	2.818	-	2.818
Dividendos propostos	4.248	-	4.248
Outros passivos circulantes	5.053	-	5.053
Passivo não circulante	385.643	10.102	395.745
Empréstimos e financiamentos	381.421	-	381.421
Outras provisões - medidas compensatórias	4.055	-	4.055
Impostos diferidos	-	10.102	10.102
Outros passivos não circulantes	167	-	167
Patrimônio líquido	276.425	21.557	297.982
Capital social	271.730	-	271.730
Reservas de lucros	4.248	-	4.248
Reserva legal	447	-	447
Ajuste de avaliação patrimonial	-	21.557	21.557
Total do passivo e do patrimônio líquido	717.993	31.659	749.652

### 3.2. Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2009

	31/12/2009 (Original)	Ajustes	31/12/2009 (Reapresentado)
Balanço patrimonial			
Ativo			
Ativo circulante	45.045	110.130	155.175
Caixa e equivalentes de caixa	25.536	-	25.536
Concessionárias e permissionárias	9.563	-	9.563
Estoques	1.051	-	1.051
Impostos a recuperar	8.174	-	8.174
Contas a receber - ativo financeiro	-	110.130	110.130
Outros créditos	721	-	721
Ativo não circulante	640.952	(53.990)	586.962
Títulos e valores mobiliários	18.293	-	18.293
Outros créditos	103	-	103
Contas a receber - ativo financeiro	-	527.604	527.604
Impostos a recuperar	33.088	-	33.088
Imobilizado gerador de RAP	581.594	(581.594)	-
Intangível	7.874	-	7.874
Total do ativo	685.997	56.140	742.137
Passivo			
Passivo circulante	46.456	-	46.456
Fornecedores	4.292	-	4.292
Empréstimos e financiamentos	28.742	-	28.742
Impostos e contribuições sociais	2.562	-	2.562
Taxas regulamentares	5.111	-	5.111
Dividendos propostos	5.099	-	5.099
Outros passivos circulantes	650	-	650
Passivo Não circulante	358.958	18.914	377.872
Empréstimos e financiamentos	354.602	-	354.602
Outras provisões - medidas compensatórias	4.055	-	4.055
Impostos diferidos	-	18.914	18.914
Outros passivos não circulantes	301	-	301
Patrimônio líquido	280.583	37.226	317.809
Capital social	274.500	-	274.500
Reservas de lucros	5.099	-	5.099
Reserva legal	984	-	984
Ajuste de avaliação patrimonial	-	12.745	12.745
Lucros acumulados	-	24.481	24.481
Total do passivo e do patrimônio líquido	685.997	56.140	742.137

O efeito da mudança de prática contábil relacionada à implantação do IFRIC 12 no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foi o seguinte:

Lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 segundo as práticas contábeis anteriores	10.735
(+) Reversão da depreciação do imobilizado	17.003
(+) Custo de construção	785
(+) Variação na receita operacional bruta	6.693
Lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (reapresentado)	35.216

### 3.3. Novos IFRS e interpretações do IFRIC

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2010. A Administração da Companhia avaliou os impactos destes novos procedimentos e interpretações e não prevê que sua adoção provoque um impacto material nas informações anuais da Companhia no exercício de aplicação inicial, conforme segue:

□ **IAS 24 Exigências de divulgação para entidades estatais e definição de parte relacionada (revisada)** - Simplifica as exigências de divulgação para entidades estatais e esclarece a definição de parte relacionada. A norma revisada aborda aspectos que, segundo as exigências de divulgação e a definição de parte relacionada anteriores, eram demasiadamente complexos e de difícil aplicação prática, principalmente em ambientes com amplo controle estatal, oferecendo isenção parcial a entidades estatais e uma definição revista do conceito de parte relacionada. Esta alteração foi emitida em novembro de 2009, passando a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não deverá ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

□ **IFRS 9 Instrumentos financeiros - classificação e mensuração** - A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. Esta alteração não deverá ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

□ **IFRIC 14 Pagamentos antecipados de um requisito de financiamento mínimo** - Esta alteração aplica-se apenas àquelas situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o benefício de tal pagamento antecipado como ativo. Esta alteração passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não deverá ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

□ **IFRIC 19 Extinção de passivos financeiros com instrumentos de capital** - A IFRIC 19 foi emitida em novembro de 2009 e passa a vigorar a partir de 1º de julho de 2010, sendo permitida sua aplicação antecipada. Esta interpretação esclarece as exigências das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) quando uma entidade renegocia os termos de uma obrigação financeira com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar a obrigação financeira no todo ou em parte. A Companhia não espera que a IFRIC 19 tenha impacto em suas demonstrações financeiras.

□ **Melhorias para IFRS** - O IASB emitiu melhorias para as normas e emendas de IFRS em maio de 2010 e as emendas serão efetivas a partir de 1º de janeiro de 2011. Abaixo elencamos as principais emendas que poderiam impactar a Companhia:

- IFRS 3 - Combinação de negócios.
- IFRS 7 - Divulgação de Instrumentos Financeiros.
- IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras.

A Companhia não espera que as mudanças tenham impacto em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração da Companhia, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	2010	2009 (Reapresentado)	01/01/2009 (Reapresentado)
Caixa	10	10	11
Bancos	445	1.477	6.512
Aplicações financeiras de liquidez imediata	37.912	24.049	24.478
	38.367	25.536	31.001

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em Fundos de Investimento de Títulos Públicos multipatrocinados. Esses fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer momento e oferecem uma remuneração atrelada à taxa CDI. Essas aplicações estão classificadas como disponíveis para negociação e refletem, nas datas dos balanços, o valor de mercado.

### 5. Concessionárias e permissionárias

	2010	2009 (Reapresentado)	01/01/2009 (Reapresentado)
A vencer	12.251	9.418	8.312
Vencidas até 30 dias	150	21	2.755
Vencidas até 60 dias	21	5	2
Vencidas até 90 dias	16	5	1
Vencidas há mais de 90 dias	254	114	59
	12.692	9.563	11.129
PProvisão para devedores duvidosos (PDD)	(254)	-	-
	12.438	9.563	11.129

A Companhia monitora suas contas a receber em atraso, sendo o saldo da provisão para devedores duvidosos em 31 de dezembro de 2010 registrados com base na análise do índice de inadimplência da companhia e por valores em aberto há mais de 90 dias. Tal critério foi adotado a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

A movimentação do saldo da provisão para devedores duvidosos foi a seguinte durante os exercícios de 2009 e 2010:

Saldo em 31 de dezembro de 2009	-
(+) Complemento PDD	254
(-) Baixas ocorridas	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	254

### 6. Impostos a recuperar

	2010	2009 (Reapresentado)	01/01/2009 (Reapresentado)
Circulante			
PIS a compensar - ativo imobilizado	1.853	1.423	1.360
COFINS a compensar - ativo imobilizado	8.537	6.560	6.265
Outros	-	191	281
	10.390	8.174	7.906
Não circulante			
PIS a compensar - ativo imobilizado	3.775	5.903	7.343
COFINS a compensar - ativo imobilizado	17.391	27.185	33.821
	21.166	33.088	41.164

Os créditos de PIS e COFINS são oriundos das aquisições de bens do ativo permanente, durante o período de construção da Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A., conforme facultam as Leis nº 10.833/03 e nº 10.865/04. Tais créditos ficam disponíveis para serem compensados com o pagamento de PIS e COFINS sobre o faturamento mensal na razão de 1/48. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia estima a realização do ativo de acordo com a despesa esperada nos seguintes exercícios:

	PIS/COFINS
2012	10.390
2013	10.390
2014	386
	21.166

### 7. Contas a receber - ativo financeiro

A rubrica de contas a receber - ativo financeiro origina-se da aplicação da interpretação técnica - ICPC 01 - Contrato de concessão e da orientação técnica OCPC 05 - Contratos de concessão, conforme mencionado na nota explicativa 3.

O montante total de R\$647.674 (sendo R\$ 111.210 no ativo circulante e R\$ 536.464 no ativo não circulante, em 31 de dezembro de 2010), foi calculado retroativamente ao início do período de concessão e entrada em operação das linhas de transmissão da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2009 e 2008 foi retroativamente registrado, totalizando R\$637.734 e R\$631.041, respectivamente.

### 8. Títulos e valores mobiliários

O saldo dessa rubrica referia-se ao depósito vinculado para garantia do pagamento do empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) conforme composição adiante. Durante o prazo do contrato, a Companhia teve que manter em favor do BNDES uma conta reserva com recursos vinculados no valor correspondente ao serviço da dívida de três meses, sendo que a movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES.

O contrato com o BNDES foi quitado integralmente em dezembro de 2010. Com a liquidação do contrato, o montante disponível em tal rubrica foi recuperado pela Companhia.

### 9. Empréstimos e financiamentos

Os saldos em 31 de dezembro são compostos como se segue:

	2010	2009 (Reapresentado)	01/01/2009 (Reapresentado)
BNDES - direto - moeda nacional	-	381.879	411.142
Juros a pagar	-	1.465	1.578
Total de empréstimos e financiamentos	-	383.344	412.720
Passivo circulante	-	28.742	31.299
Passivo não circulante	-	354.602	381.421

As características do empréstimo são como se segue:

**BNDES - TJLP** - Providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incide a taxa efetiva de juros de 3% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. O prazo de amortização é de 168 meses, com início em 15 de novembro de 2008 e término em 15 de outubro de 2022. Durante o mês de dezembro de 2010, a Companhia, como parte do processo de transição de controle acionário (vide nota explicativa 1), efetuou a liquidação do empréstimo existente com o BNDES. Com isso, qualquer cláu-



# SERRA DA MESA

## Transmissora de Energia S.A.

CNPJ: 07.762.066/0001-68

sula contratual referente a atendimento de índices financeiros, cauções, penhores e cartas de fiança dadas em garantia foram automaticamente canceladas.

### 10. Taxas regulamentares

Os saldos em 31 de dezembro estão demonstrados a seguir:

	2010	2009 (Reapresentado)	01/01/2009 (Reapresentado)
Correntes			
Quota de Reserva Global de Reversão (RGR)	3.404	4.247	1.835
Taxa de fiscalização - ANEEL (TFSEE)	642	229	360
P&D	982	635	623
Outros	128	-	-
	<u>5.156</u>	<u>5.111</u>	<u>2.818</u>

De acordo com a Resolução da ANEEL nº 23, de 5 de fevereiro de 1999, as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica devem recolher para crédito da RGR a quota anual que lhe for atribuída por definição da ANEEL. Essa quota é definida com base em 2,5% do investimento (saldo do imobilizado líquido da depreciação acumulada) pro rata tempore, observado o limite de 3% das receitas, a serem pagas em 12 parcelas mensais.

A Companhia vem reconhecendo mensalmente a provisão para a RGR tomando como base 3% da receita operacional menos a provisão da Taxa de fiscalização descrita anteriormente. Divergências entre o valor provisionado e o valor pago permanecem no passivo da Companhia até que seja emitido despacho complementar por parte da ANEEL para pagamento.

### 11. Outras provisões - medidas compensatórias

O Contrato de Concessão nº 003/2006, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, determina que a Concessionária deve evitar esforços no sentido de minimizar danos à flora e à fauna existentes ao longo da faixa de domínio das linhas de transmissão por ocasião da sua implantação e durante o período de concessão, tendo em conta a observância dos compromissos e responsabilidades definidas nos documentos de licenciamento ambiental.

A Companhia está operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo aos requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais, visando mitigar e compensar os impactos, conforme determinado na Licença Ambiental de Operação no 726/2008 emitida pelo IBAMA em 30 de setembro de 2008. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da provisão ambiental é de R\$3.913 (R\$4.055 em 31 de dezembro de 2009 e 2008, respectivamente). A Administração, baseada na opinião dos assessores legais, entende que não há previsão de atualização monetária para essa provisão enquanto não houver assinatura do Termo de Compromisso com o IBAMA, o que não havia ocorrido até a data do balanço. Além disso, a provisão está mantida no passivo não circulante por não haver expectativa de desembolso no próximo exercício.

### 12. Empréstimos - partes relacionadas

Empresas	Natureza da operação	2010		2009 (reapresentado)	
		Ativo	Passivo Resultado	Ativo	Passivo Resultado
State Grid Brazil Holding S.A.	Contas a pagar	-	6.767	6.767	-
State Grid Brazil Holding S.A.	Empréstimo	-	361.416	1.594	-

A Companhia formalizou em 15 de dezembro de 2010, contrato de empréstimo com seu acionista controlador State Grid Brazil Holding S.A., no valor máximo de R\$ 360.000. Sobre o principal da dívida incide a taxa de juros de 10% ao ano. Os juros devem ser amortizados trimestralmente com início em 15 de março de 2011 e o saldo remanescente a pagar deve ser amortizado em 30 de novembro de 2012. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo do empréstimo estava segregado entre R\$31.276 no passivo circulante e R\$330.140 no passivo não circulante.

### 13. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

Em 7 de janeiro de 2009, o acionista Elecnor Transmissão de Energia S.A. integralizou o valor de R\$ 2.770 de sua participação da Companhia.

Em 15 de dezembro de 2010, os acionistas Lintran do Brasil Participações S.A.,

Elecnor Transmissão de Energia S.A., Isolux Energia e Participações S.A. decidem efetuar a venda da integralidade de ações ordinárias nominativas em seu poder à sociedade State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH), sociedade controlada pelo Grupo State Grid, com matriz em Pequim, República Popular da China.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2010, a SGBH passa a ser a acionista majoritária da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$274.500, dividido em 274.500.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	Ações ordinárias subscritas e integralizadas	
	2010	2009
State Grid Brazil Holding S.A	274.499.994	-
Lintran do Brasil Participações S.A.	-	91.499.998
Elecnor Transmissão de Energia S.A.	-	91.499.998
Isolux Energia e Participações S.A.	-	91.499.998
Membros do Conselho de Administração	6	6
	<u>274.500.000</u>	<u>274.500.000</u>

#### a) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas.

#### b) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Os dividendos de exercícios anteriores a 2010 foram calculados com base no lucro líquido do exercício ajustado anterior à aplicação da prática contábil mencionada na nota explicativa 3.

	2010
Lucro líquido do exercício	30.069
Reserva legal (5%)	(1.503)
Base de cálculo para os dividendos	<u>28.566</u>

O saldo total do lucro do exercício remanescente após a constituição da reserva legal em 31 de dezembro de 2010, no montante de R\$ 28.566, foi registrado como dividendos retidos no patrimônio líquido. Adicionalmente, o saldo remanescente de lucros acumulados de exercícios anteriores também foi registrado como dividendos retidos. A decisão sobre a destinação final do valor de dividendos a ser pago ou outra eventual destinação será efetuada em assembleia de acionistas durante 2011.

### 14. Contingências

A Companhia é parte envolvida em processos de natureza tributária, cível, trabalhista e outros, surgidos no curso normal dos seus negócios e estão discutindo essas questões, tanto na esfera administrativa quanto judicial, as quais são amparadas por depósitos judiciais, quando aplicáveis. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração da Companhia, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos externos.

A Companhia registra provisão para contingências para processos considerados como expectativa de perda provável, conforme abaixo:

	2010	2009 (Reapresentado)	01/01/2009 (Reapresentado)
Tributária	494	-	-
Trabalhista	225	-	-
Cível	2.130	-	-
	<u>2.849</u>	-	-

Adicionalmente, a Companhia possui processos com expectativa de perda possível, para os quais não foi registrado provisão para contingências. Tais processos estão sumariados a seguir:

Processos por conta de autos de infração impetrados pela Secretaria Estadual de Fazenda do Estado de Goiás, com os seguintes pleitos e valores estimados:

a) Recolhimento a menor de ICMS, diferencial de alíquota, no período de julho a dezembro de 2007, nas operações de aquisição de mercadorias destinadas ao uso/consumo ou ativo imobilizado do estabelecimento

Ramon Sade Haddad - Diretor Presidente  
Ou Xiaoming - Diretor Administrativo  
Marcia Cristina Marinho Pereira Gonçalves - CRC/RJ 087201/01

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e acionistas da Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. Rio de Janeiro, Brasil

Examinamos as demonstrações financeiras da Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela

- valor estimado de R\$ 1.369; e

b) Auto de infração Sefaz omissão parcial do diferencial alíquota período de 01 a 07/2007 - valor estimado de R\$ 1.235.

Em 31 de dezembro de 2009 e 2008 a Companhia não possuía processos com expectativa de perda provável e, desta forma, não possuía provisão para contingências registrada.

### 15. Instrumentos financeiros

#### 15.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

A classificação dos ativos financeiros por categoria é a seguinte:

	2010			2009 (reapresentado)			01/01/2009 (reapresentado)		
	A valor justo por Recebi- meio do	A valor justo por Recebi- meio do	A valor justo por Recebi- meio do	A valor justo por Recebi- meio do	A valor justo por Recebi- meio do	A valor justo por Recebi- meio do	A valor justo por Recebi- meio do	A valor justo por Recebi- meio do	
Ativos financeiros	veis resultado	Total	veis resultado	Total	veis resultado	Total	veis resultado	Total	
Caixa e equivalentes de caixa	-	38.367	38.367	-	25.536	25.536	-	31.001	31.001
Concessionárias e permissionárias	12.438	-	12.438	9.563	-	9.563	11.129	-	11.129
Contas a receber - ativo financeiro	647.674	-	647.674	637.734	-	637.734	631.041	-	631.041
	<u>660.112</u>	<u>38.367</u>	<u>698.479</u>	<u>647.297</u>	<u>25.536</u>	<u>672.833</u>	<u>642.170</u>	<u>31.001</u>	<u>673.171</u>

Em 2010, 2009 e 2008, a Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável.

Os principais passivos financeiros da Companhia são mensurados ao custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Passivos financeiros	2010	2009 (Reapresentado)	01/01/2009 (Reapresentado)
	Fornecedores	1.493	4.292
Empréstimos e financiamentos	-	383.344	412.720
Contas a pagar - partes relacionadas	6.767	-	-
Empréstimos - partes relacionadas	361.416	-	-
Impostos e obrigações fiscais	2.913	2.562	3.344
	<u>372.589</u>	<u>390.198</u>	<u>425.227</u>

Os empréstimos e financiamentos não têm negociação ativa e as taxas de juros são pós-fixadas e estão consistentes com as praticadas no mercado; dessa forma, os saldos contábeis informados encontram-se próximos aos respectivos valores justos.

### 15.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

#### a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia e suas controladas têm como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

#### b) Riscos cambiais

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações de mútuo com seu controlador.

### 15.3. Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes e financiamentos e empréstimos apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

### 16. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social calculados com base nas alíquotas nominais em relação aos valores contabilizados é como se segue:

	2010	2009 (Reapresentado)
	Imposto de renda	Imposto de renda
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social com impacto de novas práticas contábeis	34.500	41.254
Ajustes por conta de alteração de prática contábil - Adesão ao RTT	(21.379)	(23.495)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social sem impacto de novas práticas contábeis	13.121	17.759
Despesa de imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(4.431)	(6.031)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva	38.251	2
Adições não dedutíveis	(40.401)	-
Exclusões não dedutíveis	-	-
Lucro real no exercício	<u>10.971</u>	<u>17.761</u>

### 17. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composto por danos materiais, para lucros cessantes e para responsabilidade civil.

### 18. Receita operacional bruta

Conforme requerido pelo CPC 26, a Companhia apresentou a demonstração do resultado iniciando pela receita líquida. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a demonstração do resultado era apresentada iniciando-se pela receita operacional bruta. Abaixo segue a conciliação da receita bruta e líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009:

	2010	2009 (Reapresentado)
	Receita operacional bruta	120.070
Receita de operação e manutenção	30.292	9.832
Receita financeira de construção e outras	89.778	85.203
Deduções da receita operacional	(13.691)	(11.665)
PIS	(1.817)	(1.502)
COFINS	(8.370)	(6.918)
Quota para RGR	(2.753)	(2.412)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(751)	(833)
Receita operacional líquida	<u>106.379</u>	<u>83.370</u>

### 19. Outras informações

A Companhia não possui diferentes segmentos de negócios e administra o resultado das operações com base na estrutura da demonstração de resultados. Desta forma, não está sendo apresentada qualquer informação por segmento.

Não ocorreram eventos subsequentes a 31 de dezembro de 2010 que pudessem ter efeito material sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo naquela data.

administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Outros assuntos

#### Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentado para fins de comparação, foi anteriormente auditado por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 12 de fevereiro de 2010, que não conteve qualquer modificação.

Em conexão com nosso exame das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, auditamos também os ajustes decorrentes das mudanças de práticas contábeis descritos na nota explicativa 3. Em nossa opinião, tais ajustes são adequados e foram corretamente efetuados, considerando todos os aspectos relevantes. Fomos contratados somente para auditar os ajustes descritos na nota explicativa 3 e não para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras referentes aos exercícios de 2009 e sobre o balanço patrimonial de 1º de janeiro de 2009 e, portanto, não expressamos opinião sobre as referidas demonstrações.

Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 2011



ERNST & YOUNG TERCO  
Auditores Independentes S.S.  
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ  
Claudio Camargo  
Contador CRC - 1PR 038.371/O-1 - S - RJ